



**MUNICÍPIO DE CUBA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Ata Nº7**

**15-12-2022**

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

**ANTES DA ORDEM DO DIA:**

- 1- INFORMAÇÕES; -----
- 2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----
- 3 - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Apreciação da **informação escrita do Presidente da Câmara Municipal**, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, no período de 01/09/2022 a 30/11/2022. **Para conhecimento.** -----
- 2 – Apreciação e votação do **Mapa de Pessoal** do Município de Cuba para o ano de 2023. **Para deliberação.** -----
- 3 – Apreciação e votação dos **Documentos Previsionais Municipais para o ano de 2023** (Orçamento, Gop's, AMR e demais documentos financeiros obrigatórios, conforme consignado no RFALEI, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----

4 – Apreciação e votação da **Revisão n.º 4 ao Orçamento e Gop's de 2022. Para deliberação.**-----

5 – Apreciação e votação da **Contratação de Empréstimo de Curto Prazo** no valor de 300.000€, para o ano económico e civil de 2023. **Para deliberação.** -----

6 – Apreciação e votação da **designação do Fiscal Único da Empresa Municipal Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda.** para exercício de 2022. **Para deliberação.**-----

7 – Apreciação e votação da **proposta de alteração do Regulamento Cuba+Social. Para deliberação.** -----

8 - Apreciação e votação da **Contribuição do Município de Cuba para o normal funcionamento da AMCAL (Associação de Municípios dos Alentejo Central) – ano de 2023.Para deliberação.** -----

9 - Apreciação e votação por parte da Assembleia Municipal **da resolução parcial do Contrato Interadministrativo celebrado com a CIMBAL**, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea n), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, determinando a avocação das competências previstas no diploma exclusivamente no que respeita ao serviço público não abrangido pelo Contrato celebrado entre a CIMBAL e a ABA, isto é, apenas o serviço público composto pelos percursos em causa e concretamente identificados por linhas, percursos e horários, que não sejam conflitantes (nomeadamente por sobreposição) com os prestados pela ABA. **Para deliberação.** -----

10 – Revisor Oficial de Contas – Oliveira Reis & Associados – **Apresentação do Relatório referente ao 1.º semestre de 2022** sobre a situação económica e financeira do Município de Cuba, conforme consignado na alínea d) do n.º 1 do art.º 73.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). **Para conhecimento.** -----

11 – Apresentação e votação da **proposta para compensação de créditos entre o Município de Cuba e o Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda.,** conforme recomendação do ROC. **Para deliberação.** -----

O Presidente da Mesa saudou todos os presentes, declarou aberta a sessão, e informou que a mesma se iniciava com a Tomada de Posse do novo deputado Pedro Miguel Galinha Machado após renuncia ao mandato apresentada a 22/11/2022 pelo membro Nuno Pinto. Pediu para que fosse feita a chamada . -----

**Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:** -----

- João Duarte Oliveira Brito Palma; -----
- Carlos José Maltez Almeida; -----
- Francisco Eduardo Beirão Galinha; -----
- Helena Sofia Pereira Ferreira Lança; -----
- Teresa José Leão Isidro Galó; -----
- José Francisco Ribeiro Roque; -----
- Francisco Manuel Carapuça Fitas; -----
- André Chaveiro Vargas; -----
- Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----
- Luís Carlos Cardoso Varela; -----
- Luís António Botecas Varela; -----
- Pedro Miguel Galinha Machado; -----
- Carolina Parreira Heleno; -----
- José Alberto Lança Pacheco; -----
- José António Cardeira Machado; -----
- António Francisco Fragoso Ramos; -----
- Diogo José da Silva Machado; -----

**Faltaram a esta sessão os seguintes deputados :** -----

- Bruno Filipe Pacheco Arvanas; -----
- Carmen Dolores Gonçalves Santana; -----

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente João Português, o Vice-Presidente Filipe Chora, a Vereadora Sandra Serrano, os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro, e os Chefes de Divisão Dr. Vítor Fialho e a Dra. Carmen Estrela. -----



**Antes da Ordem do Dia :** -----  
-----

**1 – INFORMAÇÕES ;** -----

**Presidente Assembleia** – deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente uma informação que chegou através de carta dando a conhecer o problema da falta de médicos no Centro de Saúde de Cuba. Enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada. -----  
-----

**2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** -----

A ata da sessão anterior foi aprovada por maioria, com duas abstenções dos deputados André Vargas e Pedro Machado, justificadas pela ausência na reunião. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

**3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ;** -----

**Deputada Helena Lança** – saudou todos os presentes e disse *“relativamente à obra do Ecoparque do Alentejo Central em Albergaria dos Fusos, como é do conhecimento geral, a obra encontra-se suspensa devido à necessidade de reformulação do projeto ,o Sr. Presidente da Camara mencionou na Assembleia anterior a ampliação da área para autocaravanismo). O investimento previa a criação de uma Praia Fluvial, de um Centro Náutico para apoio à prática de desportos náuticos, de um Centro de BTT e Cycling, uma área de serviço para autocaravanas, uma torre de observação de aves e um bar de apoio. O investimento inicial era de 600 mil euros, mas a reformulação implicará um montante superior. Do projeto inicial anunciado em 2020, o que não se irá realizar? Porquê uma piscina fluvial e quanto vai custar a construção da mesma? Relativamente aos abate de sobreiros, mencionado na Assembleia anterior, quantos sobreiros serão abatidos?”* -----  
-----

**Presidente Câmara** – considerou que por questões éticas a deputada não seria a pessoa mais adequada para abordar o assunto. Informou que os itens programados para o Ecoparque não sofreram alterações, a piscina fluvial está pensada como um complemento do projeto já existente. Em relação à questão dos sobreiros abatidos, foi tratada juntamente com ICNF, não sendo possível confirmar o número exato. Ainda no que se refere à piscina, acrescentou que decorre uma consulta de propostas financeiras, podendo variar entre 100 e 400 mil euros. -----  
-----

**Deputado Carlos Almeida** – confirmou com o Presidente de Câmara que a praia fluvial se mantém como estava projetada, e será acrescentada uma piscina. -----

-----  
**Deputado José Roque** – deixou uma saudação sobre Évora – Capital Europeia da Cultura. -----  
*“ Évora vai ser a próxima Capital Europeia da Cultura em 2027 e Braga, Aveiro e Ponta Delgada serão as capitais portuguesas da Cultura. Évora vai ser a quarta cidade portuguesa Capital Europeia da Cultura depois de Lisboa, Porto e Guimarães. A verdade é que depois das notícias que correm sabemos que,isto é veiculado pelo ministro que a cidade vai receber um financiamento até 29 milhões de euros para concretizar o seu projeto de programação, dinamização e transformação cultural para esse ano. Estamos a 5 anos desse 2027, eu penso que é um repto que foi lançado e nós devemos aceitar que fica para as comunidades, para as regiões, para as autarquias, para a sociedade civil e também para os privados. È fundamental que este repto seja partilhado por todos e pelo território de todos. Penso que Beja e nós aqui em Cuba a 50 Km de distância estamos também a tempo de aproveitar todas estas potencialidades e aproveitar o que Évora pode trazer ,“o nosso Terreiro do Paço”, mas temos de o aceitar, porque é mesmo assim.” -----*

-----  
**Deputado Luís Botecas Varela** – analisou a documentação entregue sobre a Rua Egas Moniz e levantou algumas questões : *“ Em 19.09.2017 a Câmara recebeu a obra provisória, em 14.11.2017 os técnicos do urbanismo comunicaram ao senhor presidente algumas deficiências da obra e por ofício a Câmara fez chegar à empresa. Passado um ano em 06.11.2018 foi efetuada uma vistoria onde tiveram presentes o senhor Eng. Góis, representante da Câmara e o representante da empresa do que resultou que não existia impedimentos para a libertação de 30% do valor da caução. Passado mais um ano em 21.10.2019, novo ofício dirigido à empresa onde se referem várias falhas na obra, passado um mês, 26.11.2019 enviado outro ofício por não ter sido obtida resposta. Em 09.12.2019 a resposta da empresa mencionando desconhecimento do ofício e das falhas detetados no pavimento da obra. Isto passados dois anos a empresa desconhecia completamente as falhas. Passado mais um ano 19.02.2020 nova solicitação por parte do Município para nova vistoria à obra. Feita a vistoria em 05.03.2020, elaborado o relatório de vistoria para a libertação faseada da caução, presentes o Eng. Gois e o Sr. Adelino, representante da empresa, foram analisadas as deficiências e as mesmas transcritas não foram consideradas culpa do empreiteiro. Queria saber em que ficamos? Gostaria de ser esclarecido.” -----*

-----  
**Presidente Câmara** – informou que poderá pedir esclarecimentos sobre a caução, acreditando que não estará totalmente liberta. Disse que Rua Egas Moniz tem sido um problema,um litígio, apesar da Câmara tentar valer o seus direitos, fazendo tudo para que a responsabilidade seja assumida pelo empreiteiro. -----

-----  
**Deputado Luís Botecas Varela** – acrescentou que foi elaborada uma informação pela Dra. Isabel, com um parecer favorável para libertar a caução, ou seja *“quem comunicou ao senhor presidente que há deficiências na obra, depois vem dizer que está tudo ok .É o que eu entendo disto. A Câmara neste processo, quanto a mim não fez tudo para salvaguardar os direitos da Autarquia e dos contribuintes.” -----*

1

**Presidente Câmara** – Esclareceu o deputado salientando o valor da obra, as dificuldades que ocorreram e a libertação das Garantias, justificando o parecer dado com base na legislação.-----

**Deputado Carlos Almeida** – questionou o Presidente da Câmara em relação à receção definitiva da obra referida na reunião anterior , ao uso da palavra litígio e à existência de alguma ação em tribunal com a empresa. -----

**Presidente Câmara** – afirmou que sobre a matéria do litígio já houve esclarecimentos, reforçando que não há nenhuma ação em tribunal, mas continua a haver tentativas de resolução do problema. -----

**Dr. Vítor Fialho** – lembrou que dada a experiência de alguns membros, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal é possível reconhecer que numa obra o problema não será só de uma parte. Disse que a Câmara não tem uma posição suficientemente sólida para ir para tribunal e que todas as obras públicas padecem de problemas. Entende que o empreiteiro se deve responsabilizar por determinados trabalhos, e o empreiteiro entende que não. Quanto às Garantias, afirmou que são libertadas parcialmente, sendo que o período mínimo são 5 anos. -----

**Presidente Assembleia** – pediu que as questões fossem todas colocadas de uma vez.-----

**Luís Botecas Varela** – disse que as questões colocadas tinham de ser esclarecidas,voltando ao assunto da obra da Rua Egaz Moniz. Solicitou que fossem entregues aos deputados as diligências que tem sido tomadas com o empreiteiro. -----

**Deputado Francisco Fitas** – lembrou que o Presidente da Assembleia em sessões anteriores falou da importância do diálogo para evitar a monotonia das reuniões, no entanto estaria a limitar-lhe a palavra. -----

**Deputado Carlos Almeida** – justificou o tempo utilizado para abordar a questão da obra salientado que os assuntos de interesse para o Município não são decididos pelo Presidente da Assembleia. No que se refere à obra disse *“se uma estrada, que o presidente acabou por dizer que havia um litígio, que o empreiteiro é que ia pagar , que a culpa era do empreiteiro e afinal está a dar-nos razão, nós insistimos na situação porque o Presidente está a dizer uma coisa completamente diferente. Agora a culpa já é dos dois, não há litígio nenhum, vamos lá tentar falar com o empreiteiro e ver como é que a coisa se resolve e depois o Dr. Vítor acaba por dizer que isto é coisa que acontece todos os dias. Fracamente Dr. Vítor, todos os dias este tipo de coisas, de uma obra executada ou mal planeada ou que houve uma situação de fiscalização sem ser feita da forma como devia ser, são libertadas as cauções e no final, quem vai pagar tudo, logicamente é a Câmara, porque o empreiteiro só vai pagar alguma coisa se quiser. É que isto no final é o que vai acontecer naquela obra, porque não pode haver outra forma de resolver isto. Se não há situação nenhuma em termos de tribunal que possa obrigar o empreiteiro a pagar que se*

considera que eventualmente tenha feito de mal, é claro que não é pelo bom senso dele que vai resolver a situação. Acho que esta parte, dou os parabéns ao senhor presidente por caminhar no sentido daquilo que é a verdade, que é, realmente houve um erro por parte da autarquia, não sei se houve por parte do empreiteiro se não, mas o que estamos aqui a dizer é que vamos ver se o empreiteiro nos vai ajudar aqui a pagar alguma coisa, mas não o conseguimos obrigar. No fundo isto é o resumo, é isto que vai acontecer.” -----

**Deputado José Roque** – achou curioso falar-se durante uma hora na Rua Egas Moniz, assumindo que a obra não correu bem, sendo visível para todos. Questionou os deputados sobre a fatura a pagar pelas obras mal concebidas noutros tempos, nomeadamente aquelas que levam a ruturas e enormes perdas de água. -----

**Presidente Assembleia** – considerou que mais do que acusações políticas ao Executivo, estaria em causa a acusação a técnicos que não estão a ser ouvidos, questões técnicas que deveriam ser os mesmos a esclarecer, uma atitude incorreta por parte dos deputados. -----

**Deputada Helena Lança** – disse “o ano letivo iniciou com o Parque infantil da Escola Básica Fialho de Almeida sem cumprir com os requisitos de segurança legalmente exigíveis. Havia riscos vários que punham em causa a saúde o bem estar de todas as crianças que dele faziam uso. Sabemos que existem várias entidades com responsabilidades nesta matéria. Tendo em consideração que os equipamentos que ofereciam mais riscos foram retirados, o foco da nossa intervenção incide na resolução do mesmo. Neste sentido, questionamos quando é que as 74 crianças do pré escolar e as 121 crianças do primeiro ciclo desta escola vão poder brincar num parque digno e seguro?” -----

**Presidente Câmara** – explicou que o Parque Infantil da EBI quando lá colocado já era usado, a pedido da escola a autarquia fez um investimento na cobertura para garantir a possibilidade de um recreio coberto aos alunos, ainda não foi possível reparar os equipamentos do parque infantil, tendo sido retirados no passado mês de outubro. A câmara prevê que sejam recolocados novos equipamentos no início de 2023, tentando sempre remodelar e reparar este tipo de espaços na medida em que é possível. -----

#### **I ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

**Dr. Vítor Fialho** – solicitou a palavra enquanto munícipe “para usar o seu direito de defesa de honra. O deputado Carlos Almeida membro da Assembleia Municipal quando disse à pouco o que disse, disse-o com sarcasmo, sarcasmo em relação às obras terem problemas. Eu registo isso. Em função disso, serão uma de duas: ou o senhor membro da Assembleia municipal que também foi vice-presidente da Câmara Municipal durante 8 anos

3

*não aprendeu o suficiente ou então aprendeu o suficiente e quando fez aquelas afirmações, fez com um objetivo político, não querendo saber se lesa ou não os técnicos. É só o que tenho a dizer.” -----*

**Deputado Carlos Almeida** – explicou que “ *aquilo que disse foi exatamente o que disse. Posso não ter aprendido nada durante o tempo que tive, e tive bons professores nomeadamente o senhor que estava na Câmara e reconheço que é dos melhores técnicos que existe, daqueles que existem em termos de autarquia. Agora uma coisa é verdade, aquilo que o doutor disse foi que todas as obras têm este tipo de problemas, aquilo que não disse e era o que eu estava a tentar dizer, aquilo que o Presidente disse e chegou onde nós queríamos que chegasse, é de quem é aqui a culpa. Quanto existe culpa de alguém, naturalmente que a parte jurídica tem de atuar. Agora isto são coisas que existem todos os dias, em todas as obras? O que eu oiço em todas as obras é que a questão jurídica está sempre colocada, não é o bom senso entre o dono da obra e o empreiteiro. O doutor sabe perfeitamente o pouco que aprendi , existiu durante o período em que tive na Câmara algumas situações em que o doutor defendeu e ganhámos essas situações. Era isso que eu estava à espera que acontecesse neste caso Peço desculpa se considerou isto um ataque político , que não sei como. O que pode considerar aqui é uma coisa muito simples é que este processo foi mal conduzido, o assunto tinha sido completamente esquecido e não se falava nele, se na primeira vez dissessem o que realmente tinha acontecido, há erro da nossa parte, eventualmente há erro por parte do empreiteiro e as coisas não correram bem. E nós não voltávamos ao assunto. Mas não foi isso que foi dito em todas as assembleias cada vez que levantamos este assunto. Tinham dito que vai tudo para tribunal, dito pelo Presidente e você assinou por baixo, mas não é isso que está a ser dito agora. O que está a ser dito é que a Câmara assume essas despesas e que possivelmente o empreiteiro irá ajudar-nos. Mas Dr. Vítor, desculpe que lhe diga, não é isto que acontece todos os dias nas obras do nosso país, felizmente.” -----*

**Presidente Câmara** – esclareceu que assumiu sempre que havia um problema, um litígio, continuando a haver responsabilidades por parte do empreiteiro. -----

**ORDEM DO DIA:** -----

1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/09/2022 a 30/11/2022. **Para conhecimento.** -----

**Não se registaram intervenções.** -----

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----

2 - Apreciação e votação do **Mapa de Pessoal** do Município de Cuba para o ano de 2023. **Para deliberação.**-----  
-----

**Não se registaram intervenções.** -----  
-----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 4 abstenções dos deputados do Partido Socialista.** -----  
-----

3 - Apreciação e votação dos **Documentos Previsionais Municipais para o ano de 2023** (Orçamento, Gop's, AMR e demais documentos financeiros obrigatórios, conforme consignado no RFALEI, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação..** -----  
-----

**Presidente Câmara** - fez a explicação do orçamento de uma forma geral, referindo os eventos a realizar na área da Cultura, os Projetos e Planeamento, Obras e Investimentos e a necessidade de maior atenção na área social.  
-----  
-----

**Dra. Carmen** – fez a apresentação técnica do documento.-----  
-----

**Deputado José Roque** – questionou o executivo se após os Censos de 2021 e o decréscimo da população no concelho, este facto se traduz numa diminuição do orçamento. -----  
-----

**Presidente Câmara** – confirmou a existência da relação entre esses critérios. -----  
-----

**Dra. Carmen** – explicou as várias condicionantes com que os Municípios pequenos se debatem, nomeadamente a questão da interioridade e dos baixos orçamentos. -----  
-----

**Deputado José Roque** – deu o exemplo de Municípios como Alvito e Barrancos, lembrando que Cuba é o concelho com o orçamento mais reduzido. -----  
-----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 4 votos contra dos deputados do Partido Socialista.** -----  
-----

**Deputada Helena Lança** – declaração de voto. -----  
-----



«Apreciação e votação dos Documentos Previsionais Municipais para o ano de 2023», os deputados do Partido Socialista declaram o seu voto contra um orçamento que vem reforçar aquela que tem sido a falta de visão estratégica deste executivo, desde o início do seu mandato, que pouco tem contribuído para um crescimento robusto para o Concelho de Cuba.

No orçamento previsto para 2023 constatamos que 41% do seu valor é para fazer face a despesas com pessoal; 24% com gastos em bens e serviços correntes e apenas 21% se traduz em investimento, valor que decresce 11% relativamente ao ano de 2022.

Este orçamento não contempla opções atrativas para que novas empresas se instalem no concelho proporcionando, assim, a criação de novos postos de trabalho perpetuando o ciclo da Câmara Municipal ter de se assumir como entidade empregadora com maior expressão. Esta situação traduz-se num peso de despesas com pessoal que absorve 54% da receita corrente do município impedindo a criação de postos de trabalho mais atrativos e geradores de riqueza. É um ciclo que se repete e retroalimenta.

Quantos postos de trabalho indiretos de iniciativa privada ou particular são fomentados por este orçamento? De que forma ele consegue atrair mais habitantes para o concelho de Cuba? Como é feita a análise de custo-benefício, de modo a evitar problemas de má afetação de recursos que impeça o decréscimo do desenvolvimento económico e social e que garanta a sustentabilidade do concelho?

Perante o contexto atual de abrandamento e recessão da economia à escala mundial com o agravamento das condições de vida e perda de poder de compra das famílias que a nota introdutória deste orçamento destaca, seria de acreditar que o executivo da CDU, particularmente atento e preocupado com todas estas questões, baixasse a carga fiscal dos seus munícipes.

Os Vereadores do Partido Socialista, regidos por esta conjuntura, propuseram um decréscimo da taxa de IRS. Proposta que foi recusada pelo executivo da CDU. Os vereadores do Partido Socialista propuseram também uma redução da Taxa de Derrama que foi também recusada. Conclui-se, portanto, a presença de um executivo extremamente preocupado com a recessão mundial, mas não traduz essa preocupação numa baixa de impostos ou nos preços dos serviços prestados como é a água. Que efeitos práticos reais tem para com os munícipes de Cuba a grande preocupação do Executivo da CDU?

Pelo anteriormente exposto, não se compreende que um Município onde, quer empresas, quer a sua população paguem taxas máximas de impostos, os deixe desprotegidos quer uns, quer outros.

No que concerne à Educação, pilar fundamental na construção de um futuro mais promissor para o nosso concelho, o que dizer quando apenas são afetados 158 000 € nesta área e se esquecem obras urgentes como a Construção do Telheiro Coberto entre os edifícios da Escola e o Pavilhão Municipal que constituiriam melhorias muito significativas na vida escolar de alunos, professores, educadores e técnicos operacionais e também o Parque Infantil da Escola Básica Fialho de Almeida em Cuba onde os alunos possam brincar em segurança.

Relativamente à área social apresenta-se um orçamento superior para o ano de 2023. Contudo, a discrepância entre o valor previsto para as IPSS do Concelho, cerca de 9 175€, e as verbas destinadas a coletividades que se traduzem em mais de 100 000€ fazem-nos questionar as prioridades deste executivo. Recorde-se que as IPSS

assumem enormes responsabilidades junto dos grupos etários mais vulneráveis: idosos e crianças e por inerência famílias. Será esta uma versão atual do pão e circo dos Romanos?

De que outra forma se explica que o valor atribuído à Feira Anual de Cuba ascenda a 300 000€ enquanto obras como o como o Ecoparque do Alentejo Central, a requalificação da Rua 1º de Maio e Largo da Estação, Centro de recolha oficial de animais do concelho de Cuba se vem arrastando no tempo. Esperamos que a sua conclusão não se arraste num horizonte distante.

Pelo anteriormente exposto só se pode concluir que este orçamento previsto para 2023 é, no mínimo, pouco ambicioso e galvanizador.” -----

**Deputado André Vargas** – declaração de voto. -----

“Este orçamento pretende assegurar a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazo do Município, embora realizando o investimento necessário ao desenvolvimento sócio económico do concelho. Quanto às prioridades para o ano de 2023 são de destacar as seguintes áreas : área social, a educação, a cultura, o turismo, as obras e a reabilitação urbana. Destas devemos destacar a continuidade das obras em curso na Rua 1º de Maio, no Largo da Estação, e também deverão ficar concluídas as obras do Centro de Recolha Oficial de Animais do concelho de Cuba. O ano 2023 será também um ano de planeamento e programação, sendo expectável terminar os projetos e efetuar as candidaturas para a requalificação do Mercado e da Praça da República em Cuba, da Praça em Faro do Alentejo e do jardim Praça de Vila Ruiva. Este é o segundo maior orçamento da história do Município o que significa que o caminho seguido tem sido de progresso, de modernização do concelho e que os investimentos que são essenciais à requalificação e modernização de todas as freguesias se mantêm. Desta forma os eleitos da CDU consideram que o orçamento apresentado é muito positivo e que perspetiva um forte investimento e por consequência uma forte possibilidade de crescimento económico e desenvolvimento do concelho.” -----

4 – Apreciação e votação da **Revisão n.º 4 ao Orçamento e Gop’s de 2022. Para deliberação.** -----

**Não se registaram intervenções.** -----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 4 votos contra dos deputados do Partido Socialista.**-----

5- Apreciação e votação da **Contratação de Empréstimo de Curto Prazo** no valor de 300.000€, para o ano económico e civil de 2023 **Para deliberação.** -----

**Não se registaram intervenções.** -----  
-----  
-----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 4 votos contra dos deputados do Partido Socialista.**-----  
-----  
-----

**6 – Apreciação e votação da designação do Fiscal Único da Empresa Municipal Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. para exercício de 2022. Para deliberação.**-----  
-----  
-----

**Não se registaram intervenções.** -----  
-----  
-----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 4 abstenções dos deputados do Partido Socialista.**-----  
-----  
-----

**7 - Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento Cuba+Social. Para deliberação.**-----  
-----  
-----

**Deputado Carlos Almeida –** pediu esclarecimentos do porquê de não continuar com o cartão, dado que a alteração é em relação a essa alínea. -----  
-----  
-----

**Presidente Câmara –** esclareceu o deputado, dizendo que o cartão irá continuar, mas de uma forma reformulada de maneira a abranger mais pessoas. -----  
-----  
-----

**Deputado Carlos Almeida –** confirmou o que foi dito pelo Presidente. -----  
-----  
-----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.** -----  
-----  
-----

**8 – Apreciação e votação da Contribuição do Município de Cuba para o normal funcionamento da AMCAL (Associação de Municípios dos Alentejo Central) – ano de 2023. Para deliberação.** -----  
-----  
-----

**Não se registaram intervenções.** -----  
-----  
-----

1

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.** -----

9 - Apreciação e votação por parte da Assembleia Municipal **da resolução parcial do Contrato Interadministrativo celebrado com a CIMBAL**, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea n), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, determinando a avocação das competências previstas no diploma exclusivamente no que respeita ao serviço público não abrangido pelo Contrato celebrado entre a CIMBAL e a ABA, isto é, apenas o serviço público composto pelos percursos em causa e concretamente identificados por linhas, percursos e horários, que não sejam conflitantes (nomeadamente por sobreposição) com os prestados pela ABA. **Para deliberação.** -----

**Não se registaram intervenções.** -----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.**-----

10 - Revisor Oficial de Contas – Oliveira Reis & Associados – **Apresentação do Relatório referente ao 1.º semestre de 2022** sobre a situação económica e financeira do Município de Cuba, conforme consignado na alínea d) do n.º 1 do art.º 73.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). **Para conhecimento.**-----

**Não se registaram intervenções.** -----

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----

11 - Apresentação e votação da **proposta para compensação de créditos entre o Município de Cuba e o Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz**, Unipessoal, Lda., conforme recomendação do ROC. **Para deliberação.** -----

**Não se registaram intervenções.** -----

-----  
-----  
Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 4 abstenções dos deputados do Partido Socialista.-----  
-----

II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi.  
-----

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----  
-----

O Presidente: *João Duarte Oliveira Brito Palma*

O Secretário: *Aue Isabel Galinho Houa Borges*